



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**  
**DIRECÇÃO NACIONAL DE PLANIFICAÇÃO**

**SÍNTESE DA VIII SESSÃO PLENÁRIA DO**  
**OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO**

**Maputo, Março de 2009**

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	
<b>2. APRESENTAÇÕES .....</b>	
2.1 Governo.....	
2.2 Sociedade Civil (G20) .....	
<b>3. DISCUSSÃO ABERTA.....</b>	
<b>4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	
<b>5. ANEXOS.....</b>	

## 1. Introdução

No âmbito da monitoria e avaliação das acções do Governo definidas no Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II), realizou-se no dia 18 de Março de 2009, no Centro de Conferências Internacional Joaquim Chissano, na Cidade de Maputo, a VIII Sessão Plenária do Observatório do Desenvolvimento.

A abertura da sessão foi feita por Sua Excia o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Sr. Aiuba Cuereneia, que na ocasião sublinhou que a realização do Observatório de Desenvolvimento (OD) vem demonstrando sinais de consolidação, quer a nível central, quer a nível provincial, constituindo um momento privilegiado para que se perspectivar, em conjunto, as acções a empreender no futuro, convista a fazer convergir numa mesma direcção os nossos pontos de vista no que diz respeito ao combate a pobreza e a promoção de desenvolvimento do País.

S. Excia, destacou ainda que a Sessão do OD tinha a particularidade de ocorrer quando estava prestes a ser rubricado um novo Memorando de Entendimento entre o Governo de Moçambique e os parceiros desenvolvimento externo. Este novo memorando a vigorar de 2009 à 2014 estabelece as linhas mestres pelas quais se orientará o Apoio Geral ao Orçamento do Estado. Este instrumento é uma ferramenta chave para harmonizar os esforços de ambas as partes na redução da pobreza.

Não menos importante, S. Excia Aiuba Cuereneia fez também menção aos efeitos da crise mundial que amiúde se tem reflectido no nosso País em vários domínios, sendo que uma vez mais exige-se de todos nós um esforço adicional para que os sucessos alcançados até agora no âmbito do combate a pobreza não possam ser postos em causa.

Com estas e mais palavras que evidenciam o esforço do Governo em termos de implementação de Políticas Públicas e relembrando que a Sessão do OD foi antecedida de encontros preparatórios obedecendo os pilares do PARPA II, (Capital Humano, Governação, Desenvolvimento Económico e Macroeconomia e Pobreza) onde de forma aberta e franca foram discutidas as realizações do Governo tendo como ponto de partida o Balanço do Plano Económico e Social de 2008, S.Excia dava por aberto a VIII Sessão Plénaria do OD.

A VIII Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento contou com a presença de membros do Governo, representantes da Sociedade Civil (G-20), Sector Privado, Instituições Académicas e Parceiros de Cooperação Internacional (vide em anexo a agenda e a lista de participantes).

## **2. Apresentações**

### **2.1 Governo**

Por parte do Governo, o Director Nacional Adjunto da Planificação, Abílio Gune, apresentou de forma sumária a informação sobre o relatório do Balanço do PES 2008, focando primeiro os constrangimentos ligados as calamidades naturais (secas, cheias, ventos fortes e ciclone jókwe) e a pronta intervenção do Governo em termos de desencadeamento de acções de busca, salvamento e assistência humanitária, programa de reasentamento para fazer face a estas situações.

No contexto internacional, fez-se menção ao impacto da crise do Petróleo, Alta de preço dos Cereais, Acentuação e expansão da crise Financeira internacional, e as suas medidas de resposta por parte do Governo (vide apresentação em ANEXO).

Esta apresentação mostrou ainda a evolução dos indicadores macroeconómicos da pobreza, o mapa do equilíbrio orçamental e algumas acções levadas a cabo no âmbito das Fnanças Públicas.

A Apresentação foi seguindo a linha por pilares priorizando os grandes feitos nos diversos sectores num conjunto de actividades que visam melhorar o desenvolvimento humano do país sem deixar de lado os assuntos transversais

As recomendações, saídas das sessões preparatórias que antecederam a Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento, foram apresentadas de acordo com os Pilares do PARPA, incluindo a área temática da Macroeconomia e Pobreza. A seguir apresenta-se as referidas recomendações:

#### **Macroeconomia e Pobreza**

- ✓ Foi reconhecido e louvado o esforço do governo na implementação de políticas internas visando a redução da pobreza, num contexto interno e externo adversos.
- ✓ Não obstante as melhorias registadas, constatou-se que existem alguns constrangimentos/desafios:
- ✓ No que concerne ao investimento, os recursos ainda se concentram no nível central em detrimento dos níveis provincial e distrital, o que contribui para a persistência das disparidades de desenvolvimento entre as regiões;
- ✓ Há necessidade de se aprofundar a percepção sobre a relação da perda de emprego versus aumento de postos de trabalho fruto da aprovação de novos projectos de investimento

## **Governança**

- ✓ A afirmação do distrito como base de planificação e desenvolvimento, coloca desafios sobre a melhoria da qualidade do Plano Económico e Social e Orçamento Distrital (PESOD), bem como na execução do respectivo orçamento;
- ✓ No concernente ao OIIL, constatou-se que deve-se acelerar a criação de instrumentos normativos e orientadores que permitam maior controlo na gestão do orçamento; e acelerar a implementação da política salarial.

## **Desenvolvimento Económico**

- ✓ Constatada a necessidade de aumentar o número de extensionistas em termos quantitativos e qualitativos, conjugado a especificação dos distritos, aumentar a cobertura do regadio, de forma a aumentar a produção e a produtividade e diminuição de perdas pós-colheita..
- ✓ Levantada a necessidade de criação de um banco agrícola envolvendo seguros de campanha, créditos de campanha, *leasing* para maquinaria agrícola, e outros serviços; e
- ✓ Constatada a necessidade de dinamizar a implantação de infra-estruturas nas zonas rurais, bens públicos e instituições de apoio que reduzem os custos de produção.

## **Capital humano**

- ✓ Constatada a necessidade de adopção de um novo indicador para avaliar a expansão do ensino dado que o número de escolas não deixa claro quantas novas salas entraram em funcionamento;
- ✓ Deve-se continuar a apostar no ensino técnico profissional com vista a melhoria de qualidade;
- ✓ Persiste o grande desafio na expansão do ensino secundário geral;

## **2.2 Sociedade Civil (G-20)**

Diferentemente dos anos anteriores em que o G20 se apresentava nos Observatórios de Desenvolvimento com um Relatório Anual da Pobreza, este ano a Sociedade Civil (SC) apresentou, através do seu representante, o Srº Tomas Manhicane, do Cruzeiro do Sul, o documento de Posição da SC estruturase em quatro vectores:

- I. Metodologia - Matriz Impacto Participativo.
- II. Análise de Desempenho e Percepções das Organizações da SC sobre o impacto do PES 2008 por Pilares.
- III. Recomendações e Contributo da SC por pilar.
- IV. Posicionamento estratégico/Considerações finais.

As percepções da SC sobre o Impacto do PES 2008 estavam organizadas por pilares, e encontram-se abaixo resumidas (vide apresentação em ANEXO):

### **Macroeconomia e Pobreza**

- a) O crescimento económico tem como base mega projectos de capital intensivo sem grande impacto na criação de riqueza, emprego, contribuição fiscal e fraca ligação com as indústrias locais;
- b) Taxas de juros para empréstimos são altas 21.4%;
- c) Taxa de inflação superior acima de 2 dígitos 10.3%;
- d) Espera se que a pobreza reduza para 45% contudo, alguns indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano degradaram-se, exemplo disso temos o Peso à nascença =10% acima da linha limite, óbitos por cólera subiram em 364%;

Neste Contexto a SC sugere:

- a) Que sejam criados indicadores de impacto que conectem a redução da pobreza ao Índice de Desenvolvimento Humano;
- b) Que seja concebido um plano de acção sistematizado e partilhado pelo sector privado e sociedade civil, para fazer face a crise e maximizar a integração regional;
- c) Que o PES introduza uma análise de gestão de riscos sob forma de mecanismos explícitos de internalização dos choques que podem afectar a sua implementação.

### **Desenvolvimento Económico**

- a) A produtividade agrícola é baixa no sector familiar;
- b) Persistência de percas pós-colheita ligadas à 3 problemas o de (i) armazenamento, o dos (ii) contractos e (iii) mercados;

- c) Insegurança na posse de terra e falta de investimento em terras marginais irrigação;
- d) Apesar de o sector de transportes ter crescido 12% este foi apenas metade do planificado que de 22.%.

Neste Contexto a SC sugere:

- a) Aumento do número de extensionistas por distrito (em media 75 por distrito);
- b) Dinamizar a implantação de infra-estruturas nas zonas rurais, bens públicos e instituições de apoio que reduzam custos de produção, aprendizagem e transacção (ADEL/Incubadora de empresas);
- c) Estabelecer um sistema participativo de fiscalização de cumprimento das normas pelos transportadores semi-colectivos sobretudo no aspecto de incentivos, preços e rotas (acção imediata);
- d) Estabelecer um sistema de manutenção das fontes de água e outras infra-estruturas ;
- e) Criar um banco de desenvolvimento.
- f) Criar uma ligação entre o sistema de aviso prévio com serviços básicos, como é o caso de Educação, Saúde e habitação nos locais de chegada;
- g) Melhorar o sistema de informação de mercados e divulgação de técnicas de conservação e processamento;
- h) Estabelecimento de políticas de desenvolvimento sócio económico sensíveis as assimetrias regionais.

### **Capital Humano**

- a) A Falta de indicadores de qualidade na educação;
- b) Problemas na gestão na implementação de inovações (reforma curricular, progressão-automática, exames da 12 classe, livro escolar e ensino bilingue);
- c) A expansão do ensino não acompanhada de meios de trabalho incentivos aos professores o que afecta a qualidade.

Neste Contexto a SC sugere:

- a) Que se melhore o nível de motivação do pessoal médico e das lideranças dos serviços hospitalares;
- b) Que se acelere a formação e contratação de pessoal na área da saúde;
- c) Que se melhore a gestão do sistema de distribuição de medicamentos a todos os níveis;
- d) Que se acelere o alargamento da Rede Sanitária.

## **Governança**

- a) Persiste a desarticulação entre os PES, PESOP e PESOD
- b) Falta de articulação entre o investimento público sectorial e o OIIL;
- c) A qualidade de investigação é ainda fraca no concernente a crimes económicos;
- d) O serviço Nacional de bombeiros apresentou fraco desempenho em situações cruciais da vida do país;
- e) O crime organizado ainda desorganiza o sistema da policia (atentando contra altas patentes da policia).

Neste Contexto a SC sugere:

- a) A planificação para o desenvolvimento deve ter as comunidades como parceiros e não apenas agentes para legitimar os processos de decisão;
- b) A uniformização do modelo de elaboração dos PESOD;
- c) Publicação dos relatórios de inspecção da Inspeção Geral das Finanças.
- d) A concessão de um espaço para que a Sociedade Civil possa fazer a monitoria independente da implementação da EAC, devendo os sectores críticos envolvidos partilhar informação relevante com a mesma.

## **Assuntos Transversais**

- a) Prevalência a nível micro de barreiras culturais, económicas e institucionais na promoção do equilíbrio de género;
- b) Na área de prevenção a mensagem não esta contextualizada em termos culturais e de grupo etário.

Neste Contexto a SC sugere:

- c) Os conselhos locais incluam nas suas agendas de trabalho problemas económicos concretos das mulheres como acesso aos mercados, melhoria dos processos produtivos, cadeias de valor e o emprego;
- d) Se assuma na planificação o determinante da mulher na gestão das micro-empresas /Associações informais e nas estruturas politico administrativas de base (chefe de quarteirão);

No fim da sua explanação a SC mostrou como pode adicionar valor ao PES dando um contributo não apenas teórico mas em actividades complementares: Campanhas na mitigação dos efeitos da crise, construção de silos melhorados e bancos de sementes, combate ao crime organizado e na família, mensagens sobre HIV. Mobilização da poupança interna e integração regional estratégica, promover o pacto social com vista a aumentar a confiança nas instituições, evitar rupturas sociais e partilhar responsabilidades inter-gerações e inter-grupos para o combate a pobreza. A adopção institucional das recomendações da SC dos OD's a todos níveis e sectores.

### 2.3 Parceiros de Cooperação Internacional

Em nome dos Parceiros de Cooperação Internacional, o Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas, Sr. Ndolamb Ngokwey, iniciou a sua intervenção endereçando calorosas saudações ao Governo Moçambicano e a Sociedade Civil. No seguimento frisou o importante papel do fórum de consulta (OD) e da SC como representantes do povo em cujo nome os fundadores das Nações Unidas escreveram a Carta da Organização. Realçou ainda a realização dos Observatórios de Desenvolvimento em todas as Províncias do País no ano 2008, facto que vai contribuir para expandir os processos de monitoria, avaliação e controlo dos planos de desenvolvimento do País, de forma mais participativa e inclusiva. O representante da Nações Unidas fez menção ainda ao apoio da comunidade internacional no fortalecimento da sociedade civil moçambicana que tem sido multifacetado, envolvendo quer parceiros bilaterais de Moçambique, seguindo com satisfação os resultados desse apoio em domínios estratégicos como a gestão dos processos eleitorais, onde o apoio da comunidade internacional foi notório para o fortalecimento da Comissão Nacional de Eleições, liderada pela Sociedade Civil, além do apoio a outros fóruns cívicos que trabalham neste domínio, como o Observatório Eleitoral, o qual é, por sua vez, uma rede de várias organizações da sociedade civil moçambicana. Ainda recentemente o processo do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP), liderado pela sociedade civil, através do Fórum do MARP, o qual também executou um trabalho exaustivo de diagnóstico dos principais desafios que se colocam ao País, fazendo recomendações relevantes rumo ao futuro.

Sr. Ndolamb Ngokwey mencionou o estudo recente sobre a experiência e lições a tirar do funcionamento e eficácia dos Observatórios de Desenvolvimento, de nível Provincial e Central que apresenta os Observatórios como portadores de um grande potencial rumo ao estabelecimento de mecanismos mais participativos de implementação e monitoria de estratégias de combate à pobreza. Destaca que o seu potencial como mecanismo para fortalecer a participação dos cidadãos na monitoria do PARPA e de outras políticas públicas e programas pode ser muito positivo, se os constrangimentos (carácter ainda informal dos Observatórios Provinciais, a ausência de um mecanismo formal de *feedback* em torno das suas constatações e a falta de ligação formal com os Conselhos Consultivos Distritais) com que agora se debate forem ultrapassados.

O Representante Residente das NU terminou o seu discurso reiterando a disponibilidade dos Parceiros em continuar a prestar assistência técnica ao Observatório do Desenvolvimento nos seus dois níveis, em estreita colaboração com o Governo de Moçambique.

### 3. Discussão aberta

Após as intervenções/apresentações acima descritas, iniciaram-se as discussões que foram moderadas por S. Excia o Ministro da Planificação (Aiba Cuereneia). Nestas intervenções destacam-se os seguintes aspectos:

(i) *S.Excia Ministro da Planificação (Aiuba Cuereneia)*, em resposta a apresentação da SC esclareceu que os pontos levantados por estes são também questões que fazem parte da Agenda do Governo e estão tendo resposta quer através do mecanismo do Observatório do Desenvolvimento quer através das discussões nos encontros da Revisão Conjunta;

No tocante a questão sobre a ligação entre o OD central e os Provinciais sua S. Excia Aiuba Cuereneia respondeu que tem sido um vigoroso TPC o processo de incorporação e de aperfeiçoamento e seu aproveitamento nos planos e foruns provinciais no processo de planificação central;

Sobre o questionamento ligado aos indicadores de pobreza e desenvolvimento humano S.Excia frisou que esta é senão a maior preocupação do Governo e por isso mesmo tem sido levados a cabo medidas e políticas olhando para o distrito como pólo de desenvolvimento, como é o caso da Política Orçamental ligado ao Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL), o distrito como unidade Orçamental e outras políticas e acções que visam dinamizar os distritos.

(ii) *Anastácio Matavel (G20 Gaza)* colocando na mesa algumas preocupações ligadas a província de Gaza, teceu considerações sobre o Fundo de Iniciativa de Investimento Local dizendo que esta iniciativa está tendo um proveito mínimo isto porque ainda se colocam vários constrangimentos ligados a ausência de determinantes de desenvolvimentos claros e específicos que permitem melhor alocação do OIIL; exemplificou tomando o caso em que parte deste fundos devem ser direccionados a agricultura mas a questão principal na sua óptica é a não especificação do subsector, pois há problemas de estiagem, irrigação, extensão, armazenamento, produtividade e outros; frisou ainda que esta politica de alocação orçamental a nível distrital tem que olhar para toda a Cadeia de Valor seja qual for o sector escolhido; Dando continuidade a sua intervenção Anastácio Matavel, focou no aspecto ligado ao impacto/resposta dos Mega-projectos com particular destaque para os localizados em Gaza, a exemplo do *Regadio de Mbuleula* que diz estar inaproveitado, não se conhecendo a responsabilidade da gestão do mesmo, chegando ao ponto de ter dívidas com relação a certos serviços; levantou também aspectos de conflito Homem-Animal a acontecerem no *Parque Transfronteiriço de Massingir* e que este, não esta a trazer benefícios desejados as comunidades locais; E por ultimo pediu algum esclarecimento por parte do Governo sobre que futuro se espera do Projecto de *Areias Pesadas de Chibuto* pois no estado pendente que se encontra, está afectando negativamente muitas famílias residentes nos arredores.

(iii) *Salim Abdula (CTA)* saudou primeiro o esforço do Governo nas determinadas sub-áreas económicas porém frisou que perante a crise financeira mundial o Sector Privado sentia-se apreensivo com o seu impacto; neste contexto o representante do CTA questiona ao Governo que medidas aceleradas estão a ser tomadas ou vão ser tomadas pelo Governono que diz respeito ao Ambiente de Negócios em Moçambique. Continuando com a sua intervenção fez menção que o ano de 2009 e de 2010 poderão ser considerados de anormais devido a crise, é importante tomar-se medidas mais pragmáticas para salvaguardar o emprego e não provocar o refreamento do fluxo de investimento nesta área; (iv) *Gervásio Fabião (G20 TeTe)* repisou na questão da ausência de determinantes de desenvolvimentos claros e específicos que permitem melhor alocação do OIIL. Questionou também acerca da Avaliação do Impacto sobre a Campanha de Iniciativa Presidencial sobre o saneamento do meio que decorreu de Março à Dezembro de 2008.

(v) *Graça Samo (Forúm Mulher)* inicio a sua intervenção saudando às apresentações feitas; de seguida fez referência a falta de um instrumento legal para lidar com a questão da segurança e violência doméstica contra a mulher, diante de inúmeros casos que só este ano foram reportados nos *media*; continuando, questionou a situação prevalecente do Anti Projecto de Lei depositado no Parlamento desde 2006 que continua ainda sem aprovação e na sua opinião esta questão devia merecer um espaço no *Aide-Memoire* como recomendação explícita e implícita para a sua aprovação. A representante do Fórum Mulher focou ainda questões ligadas a participação da SC e a necessidade de rever os mecanismos de apoio a SC de modo que esta possa gerir as suas competências, não obstante os avanços na Declaração de Paris a SC continua a gerir pequenos projectos apesar de existirem outros mecanismos como o MASC, mas a SC continua tendo vários doadores dispersos, com várias contas bancárias e vários projectos separados que dificulta o trabalho de advocacia; falou também dos conflitos de terra, da problemática da Agricultura Familiar vs Agricultura Comercial; questionou ainda qual era a posição do Governo em relação a produção da *Jatropha*, pois esta foi uma das grandes orientações presidenciais a produção dos agricultores que agora se encontram “abandonados com suas culturas”. Por último procurou saber o processo futuro da planificação e os instrumentos de combate a pobreza (Haverá ou não um PARPA III?, como fica 2010/11 em termos de planificação).

(vi) *Conde Fernandes (APOSEMO)* levantou a questão dos Grupos Vulneráveis “os mais vulneráveis dos grupos vulneráveis” como (pessoas portadoras de deficiência, crianças órfãs, e pessoas idosas) passarem a ser tratados como assuntos transversais; outro sim para o Condes Fernandes, é preciso reflectir na percentagem do OE que é alocado para acção social (actual alocação é de 1.1%); Repisou a necessidade de fortalecimento da SC.

(vii) *Alice Mabote (LDH)* intervindo reforçou a questão da aprovação da Lei da Violência doméstica nos termos em que foi proposto e remetido ao Parlamento. Dando continuidade a sua intervenção, questionou a não inclusão na apresentação do Governo das questões ligadas a qualidade de ensino e na necessidade de encontrar mecanismos mais eficazes de acompanhamento. Focando o sector da Saúde, disse que este continua “com serviços deploráveis” não existindo ainda um plano de responsabilidade em casos de morte por negligência do pessoal de saúde; e que ainda neste sector, assiste-se situações que enfermeiros fazem-se passar por médicos, impunemente. Na área da Justiça, para Alice Mabote, é imperioso que se encontre outras formas do sector no seu todo prestar contas que vão para além do informe da Procuradoria Geral da Republica; O Tribunal Supremo ainda não presta contas à sociedade; e que no seu ver, há morosidade deste sector no que diz respeito às petições/reclamações/queixas do sector privado ligados a conflitos comerciais; falou ainda dos abomináveis casos de corrupção no sector da Justiça nos magistrados e outras categorias; repisou a questão da expropriação de terra; terminou mencionando alguns constrangimentos ligados ao sector familiar como vias de acesso e custos inerentes que prejudicam em grande medida o escoamento da produção agrícola.

(vi) *S. Excia. Vice Ministra da Função Pública (Maria José Lucas)* informou sobre a actual integração das atribuições dos instintos fóruns anti-corrupção no Guião dos OD's e por consequência os OD's e CCL passam também a ser fóruns de Monitoria da Estratégia Anti-corrupção; frisou que outras ideias são muito bem vindas para novas plataformas ou outros fóruns em que se podem monitorar esta estratégia. terminou dizendo que as resoluções do relatório do MARP serão incorporados.

(vii) *S.Excia Vice Ministro da Educação e Cultura (Luis Covane)* intervindo também em resposta à apresentação da SC, acolheu as contribuições e recomendações da SC, salvaguardando que o Governo não está alheio aos difíceis problemas que ainda persistem no sector da Educação e Cultura. Fez menção à algumas das mais recentes políticas de impacto aprovadas e implementadas pelo sector como o caso da *redução para um ano da nova política de formação de professores*, uma vez reconhecido que “a verdadeira escola faz-se com um professor de qualidade”. Em paralelo, S.Excia frisou a necessidade de continuar a aprofundar o Sistema da Avaliação de Qualidade; Aprimorar o contacto Governo e SC. No que tange a qualidade das construções das escolas primárias, Luis Covane disse que a política de descentralização para acelerar o processo de construção de escolas trouxe o ganho da expansão da rede escolar mas também trouxe problemas ligados a qualidade das infraestruturas; isto levou também a decisão de maiores investimentos no ensino técnico profissional por parte do Governo. S.Excia o vice ministro da Educação reiterou que o sector tem consciência que a longo prazo a questão relativa a qualidade do recurso humano, constitui uma alavanca para a erradicação da pobreza em Moçambique e desenvolvimento do País.

(viii) *S. Excia Vice Ministro do Turismo (Rosário Mualeia , na sua intervenção sublinhou que desde 1997, que o Governo iniciou o processo de planificação distrital e que não fazia sentido hoje reclamar-se deste processo de governação, mas sim que todos estavam convidados a participar nele.*

(ix) *S. Excia Secretário Permanente do Ministério da Juventude e Desportos (João Loforte), respondendo a questão sobre a violência doméstica, disse que não havia um vazio no código penal para estes casos, e que a Justiça pede para que as denúncias sejam formais, de modo a se fazer valer a lei perante os violadores. Quando os casos são denunciados existe um código penal que tipifica e pune com medidas drásticas; Quanto a questão da morosidade do Tribunal Supremo no que tange as queixas ligados ao sector comercial (sector privado), disse que foi criado recentemente as Secções de Competências Especiais com objectivo de reduzir conflitos comerciais; e que estes têm tido pouca aderência. No que se refere a proposta de lei contra violência doméstica submetido ao Parlamento em 2006, não se pode garantir que esta seja aprovado sem alterações, pois o Parlamento é um órgão soberano e antes da aprovação da lei leva a cabo um exercício de consulta que pode culminar em conclusões diferentes que poderão causar reestruturação da Lei., Terminando a sua intervenção disse que todos os casos de crime, corrupção, quando denunciados são tipificados e tratados pelas instâncias judiciais competentes. O representante da pasta da Juventude e Desporto, lembrou a recente criação dos tribunais locais, como forma de conferir as comunidades locais a resolução de pequenos problemas solúveis ao nível das comunidades.*

(x) *Pinto de Abreu (Banco de Moçambique), na sua intervenção disse ser preocupação do Banco de Moçambique (BM), como autoridade monetária reguladora, o nível das taxas de juro no mercado e por isso mesmo foi ponto de debate os custos de intermediação financeira (pequenas transferências) e concordaram numa plataforma de actuação em que o BM iria baixar a Taxa de Reserva Obrigatória de 11% para 8,5%, bem como as taxas de juro de intervenção no mercado; no que se refere a expansão de serviços bancários as zonas rurais houve um crescimento de 28 para 44 distritos de janeiro de 2007 até 2009; em paralelo ainda estão por ser abertos novas Instituições Micro Financeiras este ano um pouco por todo o país; reforçou a ideia de uma parceria mais activa com a SC no tocante a advocacia para a promoção da poupança como um dos grandes instrumentos para reduzir a dependência externa; no que se refere a inflação lamentou a questão da SC ter analisado apenas a taxa de inflação mais alta em 2008 (10.3%), recordando que o ano de 2008 teve varias perturbações como a crise no mercado petrolífero, a crise de preços no mercado de cereais e o risco sobre a inflação importante da vizinha Africa do Sul. Não obstante comparando com os vizinhos o VM sublinhou que em Moçambique houve um esforço enorme.*

(xi) *S. Excia Vice-Ministro dos Recursos Minerais (Abdul Razak)* apelou a necessidade de se olhar para os novos desafios sobre o ponto de vista dinâmico que potenciam o distrito; Repisou no impacto do OIIL ter criado cerca de 100 000 empregos e outras actividades que dinamizam o distrito; exemplificou com o distrito de Maringué que já tem vários projectos para além daqueles concentrados no posto administrativo, existência de novos postos de combustíveis e novos estabelecimentos de restauração; quanto ao Mega Projecto de Áreas Pesadas de Chibuto, S.Excia frisou que o Governo esta acompanhar a sua evolução mas que este projecto envolvia constrangimentos de ordem não só financeira, muito em particular tecnológicas e de mercado; Não obstante, disse, já existir uma proposta e um prazo que serão aprovados dentro em breve; caso esta seja recusado por parte dos consórcios outras medidas serão tomadas por parte do Governo; informou também que o Governo Moçambicano, no âmbito da transparência e Boa Governação, decidiu aderir a Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva; No que respeita aos casos crimes no sector da saúde, o mesmo (sector da saúde) já tem estabelecido um esquema de análise dos casos crimes e analises sitemáticas de casos de morte nas Unidades Sanitárias; terminando referiu-se que os casos de maus tratos e má conduta terapêutica devem ser denunciados as várias instâncias existentes (Ordem de Médicos, Associação Nacional de Enfermeiros).

(xii) *Tomás Manhicane (Cruzeiro do Sul)* na sua intervenção concordou com os comentários levantados pelo Dr Pinto de Abreu em relação ao impacto da Crise Financeira e a importância da poupança. A seguir levantou a questão dos Fundos Sectorias não estar reflectidos no PES; sugeriu que os fundos do OIIL podiam ser considerados como um Banco Agrário de desenvolvimento em vários distritos; finalmente comentou que a falta de dinheiro em circulação se calhar estiver relacionado a falta de confiança.

#### **4. Conclusões e Recomendações**

No encerramento da sessão, S. Excia o Ministro da Planificação e Desenvolvimento teceu algumas considerações em jeito de respostas, conclusões, e recomendações desta VIII Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento:

No que tange ao OIIL disse que esta política está a criar novas dinâmicas dentro do distrito; surgimento do empresariado; neste contexto o Governo priorizou a área da Agricultura e não priorizou as subáreas cabendo a iniciativas que estão a despontar no próprio distrito;

Quanto aos Mega-Projectos, disse que cada um desempenha um papel preponderante na economia e estes se complementam e criam outras dinâmicas e ligações terciárias, a montantes e a jusantes, com outras empresas; repisou a importância da campanha nacional da poupança;

no que se refere a crise financeira mundial disse estar criado uma Comissão Interministerial para acompanhar e propor medidas concretas e que esta presta informação semanal ao Conselho de Ministros;

Relativamente a Iniciativa Presidencial do saneamento do meio, exortou a todos a responsabilidade da sua divulgação .No que se refere a violência doméstica, disse ser preocupação do Governo, mas há ainda necessidade de o Parlamento levar a cabo uma auscultação de base; visto que AR é soberana não há garantias que o Anti Projecto de Lei contra a violência doméstica não seja alterado ou por outra seja aprovado tal e qual foi remetida;

Para lidar com o conflito de terras, O Governo está recentemente a levar a cabo um exercício de mapeamento do território que terminará finais do próximo mês (Abril de 2009);

Sobre as próximas medidas e instrumentos de Planificação, recordou que o Plano Quinquenal do Governo resulta da transformação do Manifesto Eleitoral do Partido que sai vencedor das Eleições ; e que depois é elaborado o documento operacional que poderá ter um nome diferente do actual PARPA com o envolvimento de parceiros e SC incorporando as experiências da elaboração do PARPA II;

No tocante ao nível de investimento alocado ao sector da agricultura, disse que este tem muito mas que 3% se pensarmos em toda a sua Cadeia de Valor desde a produção de sementes, silos, reabilitação de vias de acesso, mercados e comércio; isto coaduna-se com as cláusulas da Declaração de Paris que estipulou uma alocação orçamental em 10% para agricultura;

Terminando a sua intervenção S.Excia o Ministro da Planificação e Desenvolvimento frisou a necessidade de se aprimorar a promover o diálogo Governo-SC-Parceiros; Necessidade de aprimorar o Sistema de Planificação para o Desenvolvimento do País.

## ANEXO 1

### 8ª Sessão Plenária Observatório de Desenvolvimento

#### Programa

*Data: 18 de Março de 2009*

*Local: Centro de Conferências Joaquim Chissano*

- 8:00 – 8:30h *Registo dos Participantes.*
- 8:30 – 8:45h *Abertura da 8ª Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento - Por S. Excia. o Ministro da Planificação e Desenvolvimento*
- 8:45 – 9:05h *Apresentação Sumária:*
- *Desempenho do Governo e*
  - *Síntese das Sessões Preparatórias*
- 9:05 – 9:25h *Intervenção de um Representante da Sociedade Civil (20 min.)*
- 9:25 – 9:45h *Intervenção de um Representante dos Parceiros Internacionais (20 min.)*
- 9:45 – 10:45h *Discussão Aberta*
- 10:45 – 11:00h *Encerramento – Conclusões e Recomendações da 8ª Sessão do Observatório de Desenvolvimento*
- 12:30h *Almoço*

**ANEXO 2****• LISTA DE PARTICIPANTES**

	<b>NOME</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>CEL</b>	<b>ENDEREÇO ELECTRÓNICO</b>
<b>01</b>	Narciso Matos	FDC	826517270	nmatos@fdc.org.mz
<b>02</b>				
<b>03</b>	Bryan Luck	Canadá		divan.luck@international.ga.ca
<b>04</b>	Thomas Litscher	Suíça	823115200	
<b>05</b>	Caroline Slaven	MPD	826424259	caroline.slaven@gmail.com
<b>06</b>				
<b>07</b>	Odete Miguel Muchanga	G20/NPL	827401700	odetemuchanga@yahoo.com.br
<b>08</b>	Carlos Buchri	MAE	828417061	carlos.buchibi@mae.gov.mz
<b>09</b>	Karin Metell	Suécia	823034390	karin.metell@foreign.ministry.se
<b>10</b>	Paulos Berglof	Suécia	823034370	paulos.berglof@foreign.ministry.se
<b>11</b>	Paitas Madcar	Suécia	823057290	paitas.modcar@foreign.ministry.se
<b>12</b>	Domingos Lambo	MF	842322680	domingoslambo@gmail.com
<b>13</b>	Dasmo Maguida		822834370	
<b>14</b>	Paulo Isaque	AMOSAPU	824319290	cpauloisaque@yahoo.com.br
<b>15</b>	Ramesh de Silva	UNRCO	825160473	ramesh.desilva@undp.org
<b>16</b>	René Silvino Abílio	IBIS-Moç	845006189	rene@ibismoz.org
<b>17</b>	Celeste Sumbana	DPFCM	824912150	csumbana@yahoo.com.br
<b>18</b>	Paulino Mutombene	MITRAB	823042585	mutombene@yahoo.com.br
<b>19</b>	Xavier Chavana	MPD	824842540	xavana@gmail.com
<b>20</b>	Fernando Régulos	AECID	823172710	fernando.regulo@aecid.org.mz
<b>21</b>	Gabriel Machado	MFP/UTRESP	823108270	gmachado@utresp.gov.mz
<b>22</b>	Eulália Macome	MINAG	823933194	eulaliamacome@yahoo.co.uk
<b>23</b>	Bndght M.Wwalter	Emb. Irlanda	828144490	bnght.waltermuiambo@dja
<b>24</b>	Bayano Valy	SARDC	827460752	bvaly@maputo.sardc.net
<b>25</b>	Karyn de Rooj	UNICEF	827859710	krooj@unicef.org.mz

26	Graça Samuel	Fórum Mulher	826519040	gracasamo@forummulher.org.mz
27	Lígia Magalhães	INSS	823025753	magalhaesligia@yahoo.com.br
28	Salim Criptor Valá	MPD/DNPDR	823025753	
29	Fernando A. Ngoca	MPD/DNP	824284810	fngoca@mpd.gov.mz
30	Tomás Manhecane Jr.	Cruzeiro do Sul	824612760	cruzeirodosul.iid@tv cabo.co.mz
31	Liliana Joaquim Canda	Ministério da Energia	827822100	ljc@me.gov.mz
32	André Alves	Emb. Portugal	848115226	aalves@embpormaputo.org.mz
33	Salimo Abdula	CTA	843021510	salimo@xirconn.com
34	Neve Squires	DMP	823190860	
35	Francisco Pagule	MMAS	823286320	fpagulee@gmail
36	Rosário Mualeia	MITUR	823161970	rmualeia@yahoo.com.br
37	Baltazar Fael	CIP	825748417	baltazarafael@gmail.com
38	Hortanse Vetela	MIC	847770366	hvetela@mic.gov.mz
39	Obadias Fabião	DPF-C.Moto	824064682	
40	Hélton Hélder N. Xavier	ME-DEP	828981510	hnx@me.gov.mz
41	Benilde Budula	IND	824843820	benildebudula@yahoo.com.br
42	Momade Saide	MPD		
43	Custódia Paunde	MF-DNO	828658350	custodia.paunde@dno.gov.mz
44	Reinaldo J. Sive	MEPT	829816730	dpsive@zebra.uem.mz
45	Ana Kanma Cabral	GMD	828699490	divida@tv cabo.co.mz/akaimacabral@yahoo.com
46	Rui Mapatse	MPD	8269°3446	rmapatse@mpd.gov.mz
47	Carlos Mate	Noruega	826704523	crm@mfa.no
48	Lénio de Deus	Mpescas	824057770	ldeus@mpescas.gov.mz
49	Mário Candeia	Kulima	826810320	candeiadog@yahoo.com.br
50	Dércio ayum	SA	820077770	snaberta@edm.com.mz/snaberta@yahoo.com.br
51	Felisberto Mulhovo	SNV	827150800	emulhovo@snv.world.org
52	Belgardo Matsinhe	MICOA	828207597	belgardo-1@yahoo.com.br

53	António F. Laice	MF-DNT	823037890	antoniolaice@mfdnt.gov.mz
54	Adriano Nuvunga	CIP	824875710	<a href="mailto:adrianonuvunga@gmail.com">adrianonuvunga@gmail.com</a>
55	Timóteo Dulamo	MIC	824986370	tdulamo2000@yahoo.com
56	Plácido Pereira	MAE	827777070	nerinopereira@hotmail.com
57	Julião Daglasse	G20-NIASSA	825280644	<a href="mailto:jdaglasse@yahoo.co.uk">jdaglasse@yahoo.co.uk</a>
58	Matando António Castigo	G20-MANICA	825686390	
59	Matando António Castigo	G20MANICA	825686390	
60	Frederico João	G20-CD	823035367	<a href="mailto:fredpemba@yahoo.com.br">fredpemba@yahoo.com.br</a> ; <a href="mailto:fredelino.joão@kepa.fi">fredelino.joão@kepa.fi</a>
61	Grilo Lubrino	MFP	824005251	<a href="mailto:glubrino@utresp.gov.mz">glubrino@utresp.gov.mz</a>
62	Anne Merklein	UNI INNSCK	828988035	<a href="mailto:anne.merklein@uibk.ac.at">anne.merklein@uibk.ac.at</a>
63	Lotta Valtonen	FILANDIA	823231740	<a href="mailto:lotta.valtonen@formin.fi">lotta.valtonen@formin.fi</a>
64	Kari Alanko	FILANDIA	823231740	kari.alanko@formin.fi
65	Esther Bonna	DFID	823015408	ebouma.ec.coordinator@gmail.com
66	Isla Paterson	CIDA	823245210	islapat@sympatico.ca
67	Ken Neufeld	CIDA	N/A	N/A
68	Imelda Sousa	UE	823169570	imelda.sousa@ec.europa.eu
69	Silvestre Baessa	GMD	824921000	<a href="mailto:divida@tvcabo.co.mz">divida@tvcabo.co.mz</a> ; slybaessa@hotmail.com
70	Naomi Kitahara	PNUD	8233984853	<a href="mailto:naomi.kitahara@undp.org">naomi.kitahara@undp.org</a>
71	Maxwell Namitete	MITUR	823241650	maxwellnamitete@mitur.gov.mz
72	Conde Fernandes	APOSEMO	827592140	<a href="mailto:aposemo@gmail.com">aposemo@gmail.com</a>
73	Bengt Johansson	SUECIA	823034360	bengt.a.johansson@foreign.ministry.se
74	Daniel Bruce	SUECIA		<a href="mailto:daniel.bruce@foreign.ministry.se">daniel.bruce@foreign.ministry.se</a>
75	Arginaldo Mududule	MF/DNT	823131210	<a href="mailto:amuandula@yahoo.com.br">amuandula@yahoo.com.br</a>
76	Sáhera Mussagy	SECRETARIADOG20	828221790	sabera.mussagy@g20.org.mz
77	Helder Machango	UNICEF	825463315	<a href="mailto:hmachango@unicef.org">hmachango@unicef.org</a>
78	Francisco Siueia	MINEC	828100700	fsiueia@minec.gov.mz
79	Juan Manuel Mohna	Emb.ESPANHA		<a href="mailto:jmanuel.molina@maec.es">jmanuel.molina@maec.es</a>

<b>80</b>	Jim La Fleur	CTA	823097280	<a href="mailto:jim.lafleur@cta.org.mz">jim.lafleur@cta.org.mz</a>
<b>81</b>	Fernando Colaço	AT-DGI	824339640	<a href="mailto:fernandocolaco.bande@yahoo.com">fernandocolaco.bande@yahoo.com</a>
<b>82</b>	Anacleto C. Augusto	AT-DGI	829493770	<a href="mailto:acaugusto@at.gov.mz">acaugusto@at.gov.mz</a>
<b>83</b>	Maria Celeste Pfumo	G20	823282110	<a href="mailto:mpfumo@tdm.co.mz">mpfumo@tdm.co.mz</a>
<b>84</b>	João Zeca Gutera	CCM-Z	810798340	<a href="mailto:guteraccm@yahoo.com.br">guteraccm@yahoo.com.br</a>
<b>85</b>	Marc De Tollerane	SDC	823133010	<a href="mailto:marc.detollerane@sdc.net">marc.detollerane@sdc.net</a>
<b>86</b>	Eugenio Fernandes	620-SOFALA	819195100	<a href="mailto:eugeniofernandes@yahoo.com.br">eugeniofernandes@yahoo.com.br</a>
<b>87</b>	Frank Sheridan	Emb-IRLANDA	824384010	<a href="mailto:frank.sheridan@dfa.ie">frank.sheridan@dfa.ie</a>
<b>88</b>	Anton Johnston	Emb-IRLANDA	823000199	<a href="mailto:anton.johston@dfa.ie">anton.johston@dfa.ie</a>
<b>89</b>	Angelo Sitole	Min. JUSTICA	823198020	<a href="mailto:spmjinatica@yahoo.com.br">spmjinatica@yahoo.com.br</a>
<b>90</b>	Deneer Mark	Bem. BELGICA	823209580	<a href="mailto:marc.denner@diplobel.fed.be">marc.denner@diplobel.fed.be</a>
<b>91</b>	Zacarias Zicai	Bem. AUSTRIA	2131730516	<a href="mailto:zacarias.zicai@ada.gv.at">zacarias.zicai@ada.gv.at</a>
<b>92</b>	Gamiliel Munguambe	MINEC	823195420	<a href="mailto:gm.ddepi@minec.gov.mz">gm.ddepi@minec.gov.mz</a>
<b>93</b>	Rény Beaulieu	ACDL-CIDA	823245270	<a href="mailto:remy.beaulieu@aedi-cida.gc.ca">remy.beaulieu@aedi-cida.gc.ca</a>
<b>94</b>	Rosa Munguambe	MFP	827344500	<a href="mailto:rosamme@yahoo.co.uk">rosamme@yahoo.co.uk</a>
<b>95</b>	Gerd Juntermanns	KFW	826123560	<a href="mailto:gerd.juntermanns@kfw.de">gerd.juntermanns@kfw.de</a>
<b>96</b>	Otilia Zualo	BM	8231354760	<a href="mailto:otilia.zualo@bancomoc.mz">otilia.zualo@bancomoc.mz</a>
<b>97</b>	Manit Strand	Emb.NORUEGA		<a href="mailto:marit.strand@mfa.no">marit.strand@mfa.no</a>
<b>98</b>	Celmira Silva	MJD	827301886	<a href="mailto:celmiradasilva@yahoo.com.br">celmiradasilva@yahoo.com.br</a> ; <a href="mailto:csilva@mjd.gov.mz">csilva@mjd.gov.mz</a>
<b>99</b>	Moisés Patrício Marrime	ATM-DGI	822881760	<a href="mailto:mmarrime@at.gov.mz">mmarrime@at.gov.mz</a>
<b>100</b>	Tove Brtvik Westberg	Emb. NORUEGA		<a href="mailto:tbw@mfa.no">tbw@mfa.no</a>
<b>101</b>	Jan F. Mutton	Emb. BELGICA		<a href="mailto:Juan.mutton@diplobel.fed.be">Juan.mutton@diplobel.fed.be</a>
<b>102</b>	P. Coly	IRLANDA		
<b>103</b>	Jane Ron Toul	DFID-UK		<a href="mailto:j-rintoul@dfid.gov.uk">j-rintoul@dfid.gov.uk</a>
<b>104</b>	Luis muchanga	UNAC	824253540	<a href="mailto:lmuchanga@gmail.com">lmuchanga@gmail.com</a>
<b>105</b>	Amce Hammer	BAD	827301865	<a href="mailto:a.hamer@afdb.org">a.hamer@afdb.org</a>
<b>106</b>	Ester dos Santos José	MPD	824189290	<a href="mailto:esterjose@hotmail.com">esterjose@hotmail.com</a>
<b>107</b>	João Corte-Real	Emb. PORTUGAL	823063960	<a href="mailto:jcr@embpormaputo.org.mz">jcr@embpormaputo.org.mz</a>
<b>108</b>	G. Petit de La Villion	FRANÇA	21484600	
<b>109</b>	Lotta Karlsson	FILANDIA	823033481	<a href="mailto:lotta.karlsson@formin.fi">lotta.karlsson@formin.fi</a>

<b>110</b>	Johnn Flento	DINAMARCA	823135220	jolifke@vim.dk
<b>111</b>	Rosntitha Kremse	AUSTRIA		
<b>112</b>	Barbara Kessient	Com. EUROPEIA	823038598	<a href="mailto:barbara.kerstent@ec.europa.eu">barbara.kerstent@ec.europa.eu</a>
<b>113</b>	Ralf Orlik	KFW-GERMANY		ralf.orlik@kfw.de
<b>114</b>	Niels Ricmter	DINAMARCA		nieric@UM.DK
<b>115</b>	Marter Cumbi	FDC	827875940	
<b>116</b>	Nadja Cassimo	BM	827286880	nadja.cassimo@bancomoc.mz
<b>117</b>	Ligia Magalhães	INSS	823025753	magalhãesligia@yahoo.com.br
<b>118</b>	Alcino Moiana	CCM	823827200	alcinomayana@gmail.com
<b>119</b>	Frederico Igor	G20-CD	823035367	fredopemba@yahoo.com
<b>120</b>	Matando Castigo	G20	825686390	
<b>121</b>	Rosil Diruai	MPD	839424456	rdiruai@mpd.gov.mz
<b>122</b>	Jean Mammer	Coop. BELGA	823209490	<a href="mailto:jean.mommer@diplobel.fed.be">jean.mommer@diplobel.fed.be</a>
<b>123</b>	Fernando Carvalho	Bem. PORTUGAL	827479547	fcarvalho@embpormaputo.org.mz
<b>124</b>	Telma Loforte	Coop.SUIÇA	828406090	telma.loforte@sdcc.net
<b>125</b>	Carlo Lo Cascio	Emb.ITALIA		carlo.locascio@esteri.it
<b>125</b>	Irene Novomuy	AUSTRALIA		irene.novomuy@odagual
<b>126</b>	Dario Milano	Coop. Italiana	826424248	dario.milano@italcoop.org.net
<b>127</b>	Felix Fisches	IMF	823003530	ffisches@imf.org
<b>128</b>	Mario Sander	Bem. ALEMANHA		V@mapu.diplo.de
<b>129</b>	Andrew Soper	Chefe Coop. Britanica		andrewsoper@pro.gov.uk
<b>130</b>	Laurence Hart	AFD		hart@grope-afd.org
<b>131</b>	Paul Litjens	Emb.HOLANDA		
<b>132</b>	Ute Hembtech	Emb.Alemanha		
<b>133</b>	Philip Baker	CANADA	823141190	<a href="mailto:philip.baker@international.yc.ca">philip.baker@international.yc.ca</a>
<b>134</b>	Sheila Santana Afonso	MPD-GM	824464260	
<b>135</b>	Leonardo Simbine	BM	848481710	leonardo.simbine@bancomoc.mz
<b>136</b>	Erasmus Mabunda	ABIODES	822834370	abiodes@tv cabo.co.mz
<b>137</b>	Odete M. Muchanga	AMASI-G20NPL	827401700	odetemuchanga@yahoo.com.br
<b>138</b>	Tomás Manhicane Jr.	CRUZEIRO DO SUL	824672160	
<b>139</b>	Baltazar Fael	CIP	825748417	baltazarfael@gmail.com

<b>140</b>	Luisa Duarte	Bem. IRLAND	828976628	luísa.duarte@dfa.ie
<b>141</b>	Iva Sandra A. Siteo	DPFCM	82-6001440	iva_agostinho@yahoo.com.br
<b>142</b>	Aniceto Bila	B Mundial	21-482336	abila@worldbank.org
<b>143</b>	Rosil Diruai	MPD	82-9424456	rdiruai@mpd.gov.mz
<b>144</b>	Mario Rabiano	MPD	82-7245810	mrabiane@mpd.gov.mz
<b>145</b>	Xavier Chavana	MPD	84-3132400	chungo.igs@tvcabo.co.mz
<b>146</b>	Fonseca Machaule	MPD	82-4962300	malhaule@yahoo.com.br
<b>147</b>	Paulo Gentie	FMGL	82-8683270	paulo@amode.org.mz
<b>148</b>	Delma Silva	CIP	21-327661	delmasilva@cip.org.mz
<b>149</b>	Odette Rodrigues	EMB. Franca	82-7256974	odette.rodrigues@diplomatie.gom.fr
<b>150</b>	Maria Alfeu	INE	82-3016013	maria.alfeu@rgph.gov.mz
<b>151</b>	Ferrao Vasco Tamele	MIREM	82-0578160	ferrat@gmail.com
<b>152</b>	Nicol Mouco	MPD		nicolemouco@mpd.gov.mz
<b>153</b>	Manuel Rego	MEC	21-490892	rego@mec.gov.mz
<b>154</b>	Paulo Mw	MOPH/DNA	82-3024702	
<b>155</b>	Rita Almeida	INGC/MAE	82-4309940	ritaalmeida@ingc.gov.mz
<b>156</b>	Aristoteles Peho	MF/TESOURO	82-4054160	arpeho@gmail.com.br
<b>157</b>	Maria Mona	LDH	82-3055330	alice.mas @tvcabo.co.mz
<b>158</b>	Elsa Alfai	MMAS	82-3183380	elsa_alfai@yahoo.com.br
<b>159</b>	Fconanolo Mubine	FND	82-6397340	fmubine@tvcabo.co.mz
<b>160</b>	Charlos Chiconela	S.A	82-7832100	chiconelac@yahoo.com.br
<b>161</b>	Manuel de Araujo	CEMO	82-9862000	alculete@yahoo.com
<b>162</b>			82-4150968	nisseeluan@yahoo.com
<b>163</b>	Elias Massicame	INGE	82-5437930	emassicame@ingc.gov.mz
<b>164</b>	Gervasio Fabiao Chinsipo	G20 TETE	82-8944280	g20tete@yahoo.com.br
<b>165</b>	Habiba Rodolfo	PNUD	82-3148410	hahiba.rodolfo@undp.org
<b>166</b>	Araujo Martinho	MPD	82-7095000	amartinho@mpd.gov.mz
<b>167</b>	Eduardo Oliveira	MINT	82-4808390	gep@mint.gov.mz
<b>168</b>	Dina Ribeiro	MITUR	82-3185330	dinaribeiro@mitur.gov.mz
<b>169</b>	Joana Mangureira	CNCSIDA	21-495603	joana.mangureira@cncs.org.mz
<b>170</b>	Tomas Vieira Mario	UNDP	82-3020570	tomas.mario@undp.org

<b>171</b>	Roberto Salomao	MPD	82-3236720	rsalomao@mpd.gov.mz
<b>172</b>	Maria de Nadia Adriao	MPD	82-2887330	nadia.adriao@mpd.gov.mz
<b>173</b>	Robert Jenkins	UNICEF	82-3054110	rjenkirs@unicef.org
<b>174</b>	Janet Icaituyola			j.icaituyola@commonwealth.ine
<b>175</b>	Rodrigo Ramalho	MICOA	82-0731000	ramalho54@yahoo.com.br
<b>176</b>	Franiesa Brusel	Cop.Italiana	82-6890794	
<b>177</b>		Cop.Italiana	82-304557	giocar.grosso@italcoop.org.mz
<b>178</b>	Bastiaan Engelmard	Emb. Holanda	82-5574323	bastiaan.engelmard@minbura.nl
<b>179</b>	Florbela Fernades	UNFPA	82-3153830	florbela@unfpa.vem.mz
<b>180</b>	Oilema Andrade	UNFPA	84-2420103	andrade@unfpa.org
<b>181</b>	Francisco Mazolo	OTM- CS	82-4777980	mazoio@soliscomm.fret
<b>182</b>	Maimuna Ibraimo	MPD	21-499442	mibraimo@mpd.gov.mz
<b>183</b>	Ana F. Nhampango	MTC	82-8820380	afnhampango@tvcabo.co.mz
<b>184</b>	Paul Litjens	Emb. Holanda		pjm.litjens@minbura.nl
<b>185</b>	Charlette Tauylar	Coop. Belga	84-2064890	charlotte.taylor@btectb.org
<b>186</b>	Antonio Pinto De Abreu	BM	82-3018780	antonio.abreu@bancomoc.mz
<b>187</b>	Sandra Diesel	Emb. Suecia		sandra.diesel@foring.ministry.se
<b>188</b>	Rolando Wane	FMI	82-7319056	rwane@imf.org
<b>189</b>	Paulo B. Manhinque	MF	82-5633704	
<b>190</b>	Gertudes Machatine	MISAU	21-326007	mgertudes@tropical.co.mz
<b>191</b>				
<b>192</b>				
<b>193</b>				
<b>194</b>				
<b>195</b>				
<b>196</b>				
<b>197</b>				
<b>198</b>				